



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Fortaleza, 4 de novembro de 2013.

**Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco
Central do Brasil, no V Fórum Banco Central sobre Inclusão
Financeira**

Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

É com grande satisfação que o Banco Central do Brasil realiza o V Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, evento que, a cada ano, vem se consolidando como importante canal de debate e de avaliação do desenvolvimento da inclusão financeira no Brasil.

O tema do Fórum deste ano é “educação financeira, proteção e inovação”. Esses são os três pilares fundamentais do processo de inclusão financeira no nosso País.

E, no Fórum deste ano, temos a satisfação de anunciar importantes avanços nessas três áreas.

Fortalecer a educação financeira é um desafio e uma prioridade estratégica do Banco Central do Brasil.

Pessoalmente, considero a educação financeira uma das principais ferramentas para consolidar o processo de inclusão financeira e especialmente os ganhos econômicos e sociais observados pela sociedade brasileira nos últimos anos.

Por isso, no Fórum deste ano damos mais alguns importantes passos para fortalecer esse importante pilar da inclusão financeira, com o lançamento do programa “Cidadania Financeira” e do “Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros”.

No âmbito da proteção, o principal destaque deste ano é a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, o FGCoop. Como as senhoras e os senhores lembram, no Fórum do ano passado, demos o primeiro passo nesse projeto, ao anunciar, na época, a edição da regulamentação desse Fundo.

Hoje, o FGCoop torna-se uma realidade, propiciando maior proteção aos depósitos dos cooperados e contribuindo para fortalecer o cooperativismo de crédito brasileiro.

Finalmente, no âmbito da inovação, aproveito a oportunidade para anunciar a publicação da regulamentação de serviços de pagamentos móveis no Brasil (mobile payments).

Com a edição dessa regulamentação, concluímos mais um projeto iniciado no Fórum do ano passado.

Não tenho dúvida de que, a partir dessa regulamentação, observaremos, nos próximos meses, anos, uma importante evolução nas transações financeiras cotidianas da nossa sociedade. O Banco Central acompanhará esse processo para assegurar que ocorra com segurança e integridade.

Senhoras e senhores,

O Brasil avançou muito em inclusão financeira. As instituições financeiras estão cada vez mais presentes no extenso território nacional. Hoje, todo município conta com pelo menos um ponto de acesso ao sistema financeiro. A densidade de postos de atendimento está cada vez maior, configurando maior proximidade física com o cidadão. Com isso, cada vez mais brasileiros estão utilizando os serviços financeiros para as atividades cotidianas ou para a realização de atividades comerciais.

No entanto, o acesso à conta bancária e a proximidade física de pontos de atendimento são apenas uma dimensão da inclusão financeira.

Há muito mais a se fazer, principalmente na dimensão da qualidade desses serviços financeiros.

Por um lado, é importante que o cidadão tenha conhecimento e segurança para tomar decisões financeiras adequadas às suas necessidades e que tenha meios eficazes para se proteger.

Por outro lado, é essencial que as instituições e os provedores de produtos e serviços financeiros tenham consciência de que a qualidade e a integridade dos produtos e serviços oferecidos, principalmente a essa gama de novos clientes, são pré-requisitos fundamentais para que o processo da inclusão financeira seja sustentável e benéfico a todos.

Por isso, o processo de inclusão é sedimentado nesses três pilares fundamentais: educação financeira, proteção e inovação.

Para superar esse desafio, o Governo Federal e o Banco Central vêm desenvolvendo iniciativas nessas três áreas.

Na área de educação financeira, estamos lançando, neste Fórum, o programa Cidadania Financeira, que faz parte da estratégia de atuação adotada pelo Banco Central para fortalecer as ações realizadas em prol do cidadão. O objetivo do programa é promover a educação financeira e o acesso à informação sobre o Sistema Financeiro Nacional, contribuindo para dar proteção aos consumidores de serviços financeiros e para melhorar a qualidade do relacionamento das instituições com o cidadão.

Durante a última mesa de hoje, as senhoras e os senhores terão a oportunidade de saber mais sobre esse programa. Ele oferece produtos como cursos presenciais e à distância, palestras, cartilhas, folders, vídeos e outros instrumentos de educação financeira, a exemplo do aplicativo já conhecido “Calculadora do Cidadão”, que, por sinal, lança hoje uma nova funcionalidade específica para a área de cartão de crédito.

Para conhecer alguns desses produtos, convido-os a visitar o estande do Banco Central, próximo à entrada deste auditório.

Ainda sobre esse tema, o programa Cidadania Financeira, estamos lançando também o “Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros”.

Os objetivos do Guia são identificar e divulgar práticas que, adotadas pelas instituições financeiras, contribuam para a educação financeira do cliente bancário.

Com isso, o Banco Central oferece insumo para que as instituições financeiras avancem cada vez mais nesse papel de também educar o cliente do Sistema Financeiro Nacional.

No âmbito da proteção, algumas iniciativas recentes são de grande importância.

A principal delas é a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, o FGCoop, que é resultado de um trabalho conjunto de todo o segmento cooperativista com o Banco Central.

No Fórum do ano passado, demos um passo importante com a divulgação da Resolução nº 4.150 do Conselho Monetário Nacional, estabelecendo o marco regulatório que pavimentou o caminho para a constituição do FGCoop.

Durante este ano, foi dado seguimento aos estudos técnicos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e por representantes do cooperativismo, acompanhados pelo Banco Central, para tornar o FGCoop uma realidade. E hoje podemos comemorar sua constituição.

Dando seguimento ao processo de reforço dos assuntos relacionados ao cidadão, na estrutura do Banco Central, julgo importante ressaltar que criamos o Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), responsável por supervisionar as instituições financeiras no cumprimento das normas que afetam o relacionamento com o cidadão.

Trata-se, portanto, de uma importante ferramenta, que contribuirá efetivamente para que o processo de inclusão financeira ocorra de forma sustentável em nosso país.

No âmbito da inovação, a principal iniciativa é a edição da regulamentação dos serviços de pagamentos móveis, iniciativa que, com certeza, contribuirá para promover importantes avanços na provisão de serviços de pagamento no país.

O Banco Central participou ativamente da criação do marco legal para os arranjos e as instituições de pagamento, consolidada na Lei nº 12.865, de 2013. Agora, estamos disponibilizando a regulamentação dessa Lei, permitindo o desenvolvimento efetivo da atividade.

A regulamentação que hoje se divulga trata, entre outros aspectos, o processo de autorização de arranjos e instituições de pagamento, o gerenciamento dos riscos, as contas de pagamento e a fiscalização e vigilância.

Isso significa que serviços como cartões de pagamento pré-pagos, cartões de crédito, moedas eletrônicas para transações executadas por dispositivos móveis ou pela internet passam a contar com regulação que possibilite o crescimento desses segmentos, sem descuidar da segurança dos clientes e da confiabilidade dos serviços.

A regulamentação cria, na nossa visão, um ambiente propício ao desenvolvimento de novas soluções adequadas a diferentes tipos de necessidades, em particular para os consumidores ainda sem acesso a serviços financeiros, alinhando-se às políticas já existentes de inclusão social. Apenas como exemplo, cito as transações de pagamento por meio de telefones celulares. A entrada de novos competidores na provisão de serviços de pagamento resultará em benefício aos consumidores, que tendem a ter mais opções de escolha a preços menores.

No decorrer deste fórum, os senhores e as senhoras terão a oportunidade de ouvir sobre essas novidades no marco regulatório e de conhecer exemplos de como o pagamento via celular tem promovido a inclusão financeira em outros países.

Ainda no âmbito da inovação, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em dezembro de 2012, a regulamentação do Cadastro Positivo instituído pela Lei 12.414.

O objetivo da medida, como sabemos, é incentivar a formação de um histórico de crédito mais completo dos clientes de serviços financeiros, contribuindo para a ampliação das relações comerciais e para a redução das taxas de juros cobradas. A proteção da privacidade fica garantida, sobretudo porque o fornecimento de informações pelas instituições financeiras depende da prévia autorização dos clientes bancários.

A regulamentação do cadastro positivo determina os procedimentos a serem observados no fornecimento de informações aos bancos de dados disciplinados pela referida lei.

E desde 1º de agosto deste ano, todas as instituições financeiras devem estar com seus sistemas operacionais ajustados, prontos para fornecer dados de operações financeiras de seus clientes.

Todas essas conquistas, que não foram poucas, só foram possíveis graças à participação de diversos atores na Parceria Nacional para a Inclusão Financeira, rede de atores públicos e privados engajados em ações coordenadas para a promoção da adequada inclusão financeira da população brasileira.

Neste V Fórum Banco Central de Inclusão Financeira serão debatidos todos esses avanços, bem como os desafios da inclusão financeira no Brasil, com foco nos três pilares fundamentais (educação financeira, proteção e inovação), para que essa inclusão seja de alta qualidade e contribua para a cidadania financeira do nosso país.

Senhoras e senhores

A seguir, gostaria de falar sobre atividade econômica brasileira e, na sequência, sobre inflação.

O crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual. Eu tenho afirmado em fóruns nacionais e estrangeiros, recentemente, que a percepção de parcela dos agentes econômicos se mostrou mais pessimista do que a realidade apresentada pelas estatísticas referentes ao ritmo de atividade.

Nesse sentido, menciono o crescimento de 1,5% do produto interno bruto (PIB) no segundo trimestre de 2013, bem como a expansão de 3,6% dos investimentos.

Olhando à frente, os fatores de sustentação da demanda doméstica continuam presentes.

A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, e há geração de novos postos de trabalho.

O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável, com redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

As perspectivas de maior crescimento global, em particular, de importantes parceiros comerciais do Brasil, militam no sentido de que a demanda externa tende a contribuir mais intensamente do que nos últimos anos para o crescimento da economia brasileira.

Não obstante os progressos recentes no campo da atividade e as perspectivas de avanços adicionais, a velocidade de materialização dos ganhos esperados depende do fortalecimento da confiança de empresas e famílias. Isso porque a expansão dos investimentos e, em última instância, o crescimento da oferta da economia (do PIB), será consequência imediata da velocidade em que o fortalecimento da confiança se materializar.

A propósito, gostaria de enfatizar que a literatura e a evidência empírica indicam que taxas de inflação geram distorções que levam a aumentos dos riscos e deprimem os investimentos. Essas distorções se manifestam, por exemplo, no encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias e empresas, bem como na deterioração da confiança de empresários e consumidores.

Taxas de inflação elevadas, portanto, reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como a geração de empregos e de renda.

Senhoras e senhores, o Banco Central tem agido de modo a fazer com que a variação dos índices de preços observada nos últimos doze meses seja percebida pelos agentes econômicos como um processo de curta duração. Dessa forma, a persistência da inflação tende a diminuir, bem como os danos que a mesma causaria à tomada de decisões sobre os investimentos.

Nesse sentido, progressos têm sido obtidos, entretanto, para que a inflação observada nos últimos doze meses efetivamente se revele um processo de curta duração, a política monetária deve se manter especialmente vigilante.

Antes de concluir o meu pronunciamento, gostaria de lançar um desafio e, com isso, propor o tema para o Fórum de 2014, a ser realizado na cidade de Florianópolis.

O tema do VI Fórum de Inclusão Financeira será: “novos instrumentos de aplicação financeira”.

Nos últimos anos alcançamos importantes conquistas no projeto de inclusão financeira:

- (a) mais de 34 milhões de novos clientes de produtos e serviços financeiros;
- (b) ampliação da presença de postos de atendimentos;
- (c) maior oferta de produtos e serviços financeiros;
- (d) expansão da concessão de crédito para segmentos antes não atendidos e
- (e) realização de ações para fortalecer a educação financeira.

É hora de pensarmos no desenvolvimento de novos instrumentos de aplicação financeira, em todas as suas dimensões, para que os cidadãos desenvolvam também o hábito e tenham condições de formar sua poupança financeira para alcançar os seus objetivos e sonhos no curto, no médio e no longo prazo. É uma forma também para que os cidadãos recém-incluídos no sistema financeiro possam reduzir sua vulnerabilidade e consumir de forma mais consciente e planejada financeiramente.

Esse é um desafio que lanço a todos: reguladores, instituições reguladas, entidades de classes e todos os agentes públicos e privados envolvidos no projeto de inclusão financeira, sobretudo o segmento não bancário, que ainda tem muito espaço de crescimento no Sistema Financeiro Nacional.

Nossa equipe do Banco Central tem a missão de atender a esse desafio, criando o ambiente para engajar os demais atores e participar ativamente desse debate.

Veremos os resultados em Florianópolis, em novembro do ano que vem. Por fim, agradeço a presença e a colaboração dos senhores e das senhoras e espero que os debates que se seguirão nesses dias sejam de grande proveito.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.